



## **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA REFLORESTAR AMBIENTAL LTDA – ME**

### **1. DO RELATÓRIO**

A Prefeitura Municipal de Vitória publicou edital de Pregão Eletrônico nº. 172/2021, que tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES**, com data de abertura para o dia 28/09/2021.

Após conhecimento do Edital, a empresa **REFLORESTAR AMBIENTAL LTDA – ME** interpôs impugnação alegando, em síntese, que a exigência contida no item 9.3.5.1, inciso II do edital não encontra amparo legal, sendo um excesso de rigor e formalismo.

É o breve relatório.

### **2. DA TEMPESTIVIDADE E FORMALIDADE**

Preliminarmente, destacamos que o prazo e a forma correta para interposição da impugnação encontram-se arregimentados no item 06 do instrumento convocatório, e, embora tenha sido apresentada tempestivamente, desatendeu ao subitem 6.10 ao deixar de apresentar em conjunto com os motivos da impugnação documento que comprove que o subscritor é legalmente responsável por responder pela empresa:

6.10. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.

Embora não revestida das formalidades legais, passaremos a análise do mérito.

### **3. DA ANÁLISE DO MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO**

**Da apresentação das cópias das Folhas do Livro Diário:** a impugnante requer que seja retirada do Edital a exigência contida no inciso II do subitem 9.3.5.1, cuja redação transcrevemos abaixo:



**II. CÓPIAS DAS FOLHAS DO LIVRO DIÁRIO** relativo ao último exercício exigível, devidamente registrado no Órgão Competente e apresentado na forma da Lei, onde se encontram transcritos:

- a) Termo de Abertura;
- b) Termo de Encerramento;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração de Resultado do Exercício;

A impugnante refere-se especificamente às letras **“a) Termo de abertura”** e **“b) Termo de encerramento”**, conforme conclusão em sua manifestação:

### **3) Da conclusão**

Pelos motivos acima mencionados, **requeremos que a presente impugnação seja recebida e ao final provida para alterar o item 9.3.5.1, "II", do edital e excluir a exigência de apresentação de Cópias das Folhas do Livro Diário, sendo exigido apenas a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício**, adequando-se o edital à lei e garantindo a competitividade do certame. **[grifamos]**

Cita, ainda, algumas decisões de TRF, Tribunais de Justiça do Estado de Minas Gerais e Santa Catarina sobre o tema, bem como destaca o art. 31 da Lei de licitações nº 8.666/93 que define um rol taxativo da documentação necessária para comprovação da qualificação econômico-financeira e que neste rol não se encontra previsão para que sejam apresentadas as Cópias das Folhas do Livro Diário. O referido inciso determina:

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

[ ... ]

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira



limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e§ 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1 % (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

~~§ 1º A exigência de indicadores limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira. O licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.~~

§1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no§ 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei,



admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

~~§5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo que tenha dado início ao processo licitatório.~~

§5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§6º (VETADO)

§6 (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Considerando tratar-se o assunto sobre qualificação econômico-financeira, de análise e competência da Contadora do Município de Vitória, o questionamento fora enviado a ela, que assim se manifestou:

**Assunto:** Resposta ref. à impugnação do Edital Eletrônico nº 172/2021 interposta pela empresa Reflorestar Ambiental Ltda-ME

**Da Causa da Impugnação:** Aponta a impugnante o excesso de rigor e formalismo da Administração, devido à exigência das cópias do Livro Diário, estabelecida no item 9.3.5.1, com solicitação de alteração da redação do Edital, de forma que passe a exigir apenas a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício e garantir a competitividade do certame.

**Da Fundamentação:**

As regras estabelecidas no item 9.3.5.1 do Edital 172/2021, concernente à exigência das peças do **LIVRO DIÁRIO**, não pode ser considerada excesso de rigor ou formalismo, e nem deve ser



encartada como impedimento e/ou restrição à competitividade, pois partindo do pressuposto que os documentos exigidos no certame não são estranhos às entidades com fins lucrativos, pois trata-se de formalidades comuns e necessárias para condução da empresa, haja vista as obrigatoriedades estabelecidas por Leis e Normas.

Desta forma, sendo uma obrigatoriedade comum, pode-se afirmar que a entrega das peças do **LIVRO DIÁRIO**, não resulta em obstáculo para uma ampla concorrência.

Senão, vejamos as legislações e normas que baseiam a matéria:

**Decreto Lei 486/1969:**

**Art 1º** Todo comerciante é obrigado a seguir ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados, cujo número e espécie ficam a seu critério.

**Decreto nº 64.567/69:**

**Art. 5º** Todo comerciante é obrigado a conservar em ordem os livros documentos e papéis relativos à escrituração, até a prescrição pertinente aos atos mercantis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao pequeno comerciante no que se refere a documentos e papéis.

**Lei 10.406/2002:**

**Art. 1.180.** Além dos demais livros exigidos por lei, é **indispensável o Diário**, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas **não dispensa** o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico. (Grifamos)

**Lei 6.404/76:**

**Art. 177.** A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

**Decreto nº 6.022 de 22/01/2007**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

**Art. 2º** O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive



imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

#### **Instrução Normativa RBF 787/2007**

**Art. 1º** Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

**Parágrafo único.** A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

Pode-se observar, assim, que a escrituração contábil, conforme atestada por Lei, é imprescindível.

Posto o elenco de Legislações e Normas que permeiam a escrituração contábil, faz-se necessária, então, a apresentação das regras de apresentação do Livro Diário, pois pelas tais é possível perceber a importância e finalidade dos termos de abertura e encerramento ora questionados:

#### **DECRETO No 64.567/1969.**

**Art. 6º** Os livros deverão conter, respectivamente, na primeira e na última página, tipograficamente numeradas, **os termos de abertura e de encerramento.**

**§ 1º** Do termo de abertura constará a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem, o número de folhas, a firma individual ou o nome da sociedade a que pertence, o local da sede ou estabelecimento o número e data do arquivamento dos atos constitutivos no órgão de registro do comércio e o número de registro no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

**§ 2º** O termo de encerramento indicará o fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil.

**Art. 7º** Os termos de abertura e encerramento serão datados e assinados pelo comerciante ou por seu procurador e por contabilista legalmente habilitado.

**Parágrafo único.** Nas localidades em que não haja profissional habilitado, os termos de abertura e de encerramento serão assinados, apenas, pelo comerciante ou seu procurador.

#### **IN DREI/SGD/ME Nº 82/2021**

**Art. 5º** Os livros contábeis ou não conterão termos de abertura e de encerramento, que indicarão:



**I - Termo de abertura:**

- a) a finalidade a que se destina o livro (nome do livro); b) o número de ordem;
- c) o nome empresarial; d) o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- e) o município da sede ou filial; f) o número e a data do arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial; e g) a data e as assinaturas;

**II - Termo de encerramento:**

- a) a finalidade a que destinou o livro (nome do livro); b) o número de ordem;
- c) o nome empresarial; d) o período a que se refere a escrituração; e
- e) a data e as assinaturas.

§ 1º Em se tratando de agentes auxiliares do comércio, o livro deverá conter, além da finalidade a que destina e o número de ordem, o nome civil, o número de matrícula, o número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a data e a assinatura.

§ 2º As juntas comerciais, de forma automatizada, poderão fazer constar dados adicionais nos termos de abertura e encerramento.

§ 3º Ocorrendo o corrompimento de quaisquer dos instrumentos de escrituração, após observadas as disposições do Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, e recomposta a escrituração, o novo instrumento receberá o mesmo número de ordem do substituído, devendo o Termo de Autenticação ressaltar, expressamente, a ocorrência comunicada.

Art. 6º Os termos de abertura e de encerramento deverão estar devidamente assinados pelo respectivo interessado ou procurador e por contabilista legalmente habilitado, quando for o caso, com indicação do número de sua inscrição no Conselho Regional de Contabilidade - CRC

**PARECERES CFC – Conselho Federal de Contabilidade**

**O DIÁRIO CONTÁBIL NO SETOR PRIVADO**

6. No âmbito do setor privado, especificamente para as entidades com fins lucrativos, o “Livro Diário” é exigido para a escrituração contábil e seu registro em órgão competente é condição legal e fiscal como elemento de prova.

7. A exigência legal do Diário é conhecida a partir do Código Comercial – Lei 556, de 25/06/1850, tanto para sua escrituração quanto autenticação.

Quanto a utilização, o Decreto-Lei 486/69 estabelece e o Decreto 64.576/69 regulamenta. Estes dispositivos legais evidenciam que se os empresários não tiverem os livros obrigatórios escriturados corretamente, a eventual falência será considerada fraudulenta e o “Livro Diário” é o



instrumento de prova em juízo, perante a qualquer entidade.

**8. A exigência fiscal ainda impõe, além do Diário o Razão, tendo em vista a importância dos aspectos de controle, coerência e confiabilidade.** (grifei)

Disponível em:  
[https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/O\\_sel\\_pareceres\\_net.pdf](https://cfc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/O_sel_pareceres_net.pdf)

Ante todo exposto, conhecedores da importância das informações financeiras e seus reflexos na execução dos no futuro contrato, é que a Administração Pública deve prever condições que possam assegurar que a situação econômica da licitante é suficiente para abarcar a execução do objeto, fundamentada sempre na Legalidade e princípios constitucionais.

Retomando as alegações da impugnante avaliamos que, se as Leis e Normas empresariais, contábeis e fiscais estabelecem a obrigatoriedade da entrega de Livros, **inclusive o Diário**, e considerando que os termos de abertura e encerramento fazem parte do referido Livro, a exigência requerida não pode caracterizar restrição competitiva.

Há de se considerar ainda a incoerência que uma empresa disposta a abarcar o peso do futuro contrato, com valor inicial estimado de R\$ 97.686.383,13 (noventa e sete milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e trezentos e oitenta e três reais e treze centavos), justifique impedimento de participação no certame pela ausência do Livro Diário, ou seja, ausência de uma escrituração dentro das normas contábeis e legislações aplicáveis.

Nesta oportunidade, vale citar que o **Art. 31 da Lei 8.666/93** é taxativa que a entrega do balanço e demonstrações contábeis devem ser apresentados **na forma da Lei**.

A Prefeitura Municipal quando prevê em seus editais a exigência da entrega das peças do Livro Diário, não visa restringir a competitividade, mas sim pautar suas escolhas em ferramentas de gestão e diretrizes suficientes que a resguarde de empresas aventureiras e sem respaldo financeiro.

Marçal Justen Filho, discorre sobre a discricionariedade da Administração Pública em definir os critérios de julgamento da qualificação econômico-financeira:

“A qualificação econômico-financeira não é, no campo das licitações, um conceito absoluto. É relativo ao vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação.





A qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função das necessidades concretas, de cada caso. Não é possível supor que “qualificação econômico-financeira” para executar uma hidrelétrica seja idêntica àquela exigida para fornecer bens de pequeno valor. Mesmo nos casos em que não se configurarem presentes os requisitos de capital social ou patrimônio líquido mínimos, será possível estabelecer regras acerca da qualificação econômico-financeira”. **(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. JUSTEN FILHO, Marçal).**

Por fim, vale informar que exigir peças do livro diário não é extravagância do Município de Vitória, prova disto que tal redação consta em minutas padronizadas pelo Estado do Espírito Santo, conforme modelo:

#### **1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.4.1.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

1.4.1.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos **termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.**

(Disponível em: <https://pge.es.gov.br/minutas-padronizadas>).

#### **Considerações Finais**

Após análise criteriosa dos motivos ensejadores da impugnação do Edital 172/2021, entendemos que a redação está dentro dos limites da Lei 8.666/93, em seu Art. 31 que versa sobre a Qualificação Econômico-Financeira.

Registramos o valor vultoso da licitação em epígrafe e a importância de contratar empresas idôneas e capacitadas financeiramente, a fim de não prejudicar a execução do futuro contrato.



Ressaltamos que a redação não é estranha ou extravagante, e que a mesma é utilizada no Estado do Espírito Santo, sendo disponibilizadas os modelos padronizados das minutas de editais no site da Procuradoria Geral do Estado.

Posto isto, entendemos que as regras estabelecidas no Edital, concernente à qualificação econômico-financeira, não caracteriza excesso de rigor ou formalismo e não restringe a concorrência e/ou participação no certame, pois trata-se de formalidades inerentes às empresas.

s.m.j. é o entendimento,

Edinete Alves Meirelles  
Analista em Gestão Pública  
Contadora  
SEGES/GCL

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, a presente impugnação **NÃO** foi **CONHECIDA** uma vez não estar revestida das formalidades legais e, no mérito, foi julgada **IMPROCEDENTE**, pelos fundamentos ora apresentados.

Em 16 de setembro de 2021.

Karina Adelina Schwartz  
**Pregoeira Municipal**

**Assunto:** Re: Impugnação - Áreas Verdes

**De:** Edinete Alves Meirelles <eameirelles@correio1.vitoria.es.gov.br>

**Data:** 16/09/2021 13:37

**Para:** Karina Adelina Schwartz <kaschwartz@correio1.vitoria.es.gov.br>

Boa Tarde,

Encaminhamos em anexo a resposta solicitada.

Att,

**Edinete Alves Meirelles**

Analista Gestão Pública - Contadora

SEGES/GCL/CC

Tel: (27) 3382-6257

[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)

Em 14/09/2021 às 14:11 horas, "Karina Adelina Schwartz"  
<kaschwartz@correio1.vitoria.es.gov.br> escreveu:

Prezada, boa tarde!

Segue impugnação para análise e resposta.

-

--

Att,



**Karina Adelina Schwartz**

Pregoeira Municipal

Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação

SEGES/EP

Tel: (27) 3382-6037

[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)

Anexos:

Resposta Recurso - Termos de abertura e encerramento do edital - corrigido.pdf

550KB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

**Assunto:** Resposta ref. à impugnação do Edital Eletrônico nº 172/2021 interposta pela empresa Reflorestar Ambiental Ltda-ME

**Da Causa da Impugnação:** Aponta a impugnante o excesso de rigor e formalismo da Administração, devido à exigência das cópias do Livro Diário, estabelecida no item 9.3.5.1, com solicitação de alteração da redação do Edital, de forma que passe a exigir apenas a apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício e garantir a competitividade do certame.

**Da Fundamentação:**

As regras estabelecidas no item 9.3.5.1 do Edital 172/2021, concernente à exigência das peças do **LIVRO DIÁRIO**, não pode ser considerada excesso de rigor ou formalismo, e nem deve ser encartada como impedimento e/ou restrição à competitividade, pois partindo do pressuposto que os documentos exigidos no certame não são estranhos às entidades com fins lucrativos, pois trata-se de formalidades comuns e necessárias para condução da empresa, haja vista as obrigatoriedades estabelecidas por Leis e Normas.

Desta forma, sendo uma obrigatoriedade comum, pode-se afirmar que a entrega das peças do **LIVRO DIÁRIO**, não resulta em obstáculo para uma ampla concorrência.

Senão, vejamos as legislações e normas que baseiam a matéria:

**Decreto Lei 486/1969:**

**Art 1º** Todo comerciante é obrigado a seguir ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados, cujo número e espécie ficam a seu critério.

**Decreto nº 64.567/69:**

**Art. 5º** Todo comerciante é obrigado a conservar em ordem os livros documentos e papéis relativos à escrituração, até a prescrição pertinente aos atos mercantis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao pequeno comerciante no que se refere a documentos e papéis.

**Lei 10.406/2002:**

**Art. 1.180.** Além dos demais livros exigidos por lei, é **indispensável o Diário**, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas **não dispensa** o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico. (Grifamos)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

**Lei 6.404/76:**

**Art. 177.** A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

**Decreto nº 6.022 de 22/01/2007**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped.

**Art. 2º** O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

**Instrução Normativa RBF 787/2007**

**Art. 1º** Fica instituída a Escrituração Contábil Digital (ECD), para fins fiscais e previdenciários, de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa.

**Parágrafo único.** A ECD deverá ser transmitida, pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas, ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e será considerada válida após a confirmação de recebimento do arquivo que a contém e, quando for o caso, após a autenticação pelos órgãos de registro.

Pode-se observar, assim, que a escrituração contábil, conforme atestada por Lei, é imprescindível.

Posto o elenco de Legislações e Normas que permeiam a escrituração contábil, faz-se necessária, então, a apresentação das regras de apresentação do Livro Diário, pois pelas tais é possível perceber a importância e finalidade dos termos de abertura e encerramento ora questionados:

**DECRETO No 64.567/1969.**

**Art. 6º** Os livros deverão conter, respectivamente, na primeira e na última páginas, tipograficamente numeradas, **os termos de abertura e de encerramento.**

**§ 1º** Do termo de abertura constará a finalidade a que se destina o livro, o número de ordem, o número de folhas, a firma individual ou o nome da sociedade a que pertence, o local da sede ou estabelecimento o número e data do arquivamento dos atos constitutivos no órgão de registro do comércio e o número de registro no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

**§ 2º** O termo de encerramento indicará o fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil.

**Art. 7º** Os termos de abertura e encerramento serão datados e assinados pelo comerciante ou por seu procurador e por contabilista legalmente habilitado.

**Parágrafo único.** Nas localidades em que não haja profissional habilitado, os termos de abertura e de encerramento serão assinados, apenas, pelo comerciante ou seu procurador.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

**IN DREI/SGD/ME Nº 82/2021**

**Art. 5º** Os livros contábeis ou não conterão termos de abertura e de encerramento, que indicarão:

**I - Termo de abertura:**

a) a finalidade a que se destina o livro (nome do livro); b) o número de ordem; c) o nome empresarial; d) o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; e) o município da sede ou filial; f) o número e a data do arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial; e g) a data e as assinaturas;

**II - Termo de encerramento:**

a) a finalidade a que destinou o livro (nome do livro); b) o número de ordem; c) o nome empresarial; d) o período a que se refere a escrituração; e e) a data e as assinaturas.

§ 1º Em se tratando de agentes auxiliares do comércio, o livro deverá conter, além da finalidade a que destina e o número de ordem, o nome civil, o número de matrícula, o número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a data e a assinatura.

§ 2º As juntas comerciais, de forma automatizada, poderão fazer constar dados adicionais nos termos de abertura e encerramento.

§ 3º Ocorrendo o corrompimento de quaisquer dos instrumentos de escrituração, após observadas as disposições do Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, e recomposta a escrituração, o novo instrumento receberá o mesmo número de ordem do substituído, devendo o Termo de Autenticação ressaltar, expressamente, a ocorrência comunicada.

Art. 6º Os termos de abertura e de encerramento deverão estar devidamente assinados pelo respectivo interessado ou procurador e por contabilista legalmente habilitado, quando for o caso, com indicação do número de sua inscrição no Conselho Regional de Contabilidade - CRC

**PARECERES CFC – Conselho Federal de Contabilidade**

**O DIÁRIO CONTÁBIL NO SETOR PRIVADO**

6. No âmbito do setor privado, especificamente para as entidades com fins lucrativos, o “Livro Diário” é exigido para a escrituração contábil e seu registro em órgão competente é condição legal e fiscal como elemento de prova.

7. A exigência legal do Diário é conhecida a partir do Código Comercial – Lei 556, de 25/06/1850, tanto para sua escrituração quanto autenticação. Quanto a utilização, o Decreto-Lei 486/69 estabelece e o Decreto 64.576/69 regulamenta. Estes dispositivos legais evidenciam que se os empresários não tiverem os livros obrigatórios escriturados corretamente, a eventual falência será considerada fraudulenta e o “Livro Diário” é o instrumento de prova em juízo, perante a qualquer entidade.

**8. A exigência fiscal ainda impõe, além do Diário o Razão, tendo em vista a importância dos aspectos de controle, coerência e confiabilidade.** (grifei)

Disponível em: [https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0\\_sel\\_pareceres\\_net.pdf](https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/0_sel_pareceres_net.pdf)

Ante todo exposto, conhecedores da importância das informações financeiras e seus reflexos na execução dos no futuro contrato, é que a Administração Pública deve prever condições que possam assegurar que a situação econômica da licitante é suficiente para abarcar a execução do objeto, fundamentada sempre na Legalidade e princípios constitucionais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Retomando as alegações da impugnante avaliamos que, se as Leis e Normas empresariais, contábeis e fiscais estabelecem a obrigatoriedade da entrega de Livros, **inclusive o Diário**, e considerando que os termos de abertura e encerramento fazem parte do referido Livro, a exigência requerida não pode caracterizar restrição competitiva.

Há de se considerar ainda a incoerência que uma empresa disposta a abarcar o peso do futuro contrato, com valor inicial estimado de R\$ 97.686.383,13 (noventa e sete milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e trezentos e oitenta e três reais e treze centavos), justifique impedimento de participação no certame pela ausência do Livro Diário, ou seja, ausência de uma escrituração dentro das normas contábeis e legislações aplicáveis.

Nesta oportunidade, vale citar que o **Art. 31 da Lei 8.666/93** é taxativa que a entrega do balanço e demonstrações contábeis devem ser apresentados **na forma da Lei**.

A Prefeitura Municipal quando prevê em seus editais a exigência da entrega das peças do Livro Diário, não visa restringir a competitividade, mas sim pautar suas escolhas em ferramentas de gestão e diretrizes suficientes que a resguarde de empresas aventureiras e sem respaldo financeiro.

Marçal Justen Filho, discorre sobre a discricionariade da Administração Pública em definir os critérios de julgamento da qualificação econômico-financeira:

“A qualificação econômico-financeira não é, no campo das licitações, um conceito absoluto. É relativo ao vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação.

A qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função das necessidades concretas, de cada caso. Não é possível supor que “qualificação econômico-financeira” para executar uma hidrelétrica seja idêntica àquela exigida para fornecer bens de pequeno valor. Mesmo nos casos em que não se configurarem presentes os requisitos de capital social ou patrimônio líquido mínimos, será possível estabelecer regras acerca da qualificação econômico-financeira”. **(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. JUSTEN FILHO, Marçal).**

Por fim, vale informar que exigir peças do livro diário não é extravagância do Município de Vitória, prova disto que tal redação consta em minutas padronizadas pelo Estado do Espírito Santo, conforme modelo:

#### **1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.4.1.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEGES - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

1.4.1.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos **termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.**  
(Disponível em: <https://pge.es.gov.br/minutas-padronizadas>).

**Considerações Finais**

Após análise criteriosa dos motivos ensejadores da impugnação do Edital 172/2021, entendemos que a redação está dentro dos limites da Lei 8.666/93, em seu Art. 31 que versa sobre a Qualificação Econômico-Financeira.

Registramos o valor vultoso da licitação em epígrafe e a importância de contratar empresas idôneas e capacitadas financeiramente, a fim de não prejudicar a execução do futuro contrato.

Ressaltamos que a redação não é estranha ou extravagante, e que a mesma é utilizada no Estado do Espírito Santo, sendo disponibilizadas os modelos padronizados das minutas de editais no site da Procuradoria Geral do Estado.

Posto isto, entendemos que as regras estabelecidas no Edital, concernente à qualificação econômico-financeira, não caracteriza excesso de rigor ou formalismo e não restringe a concorrência e/ou participação no certame, pois trata-se de formalidades inerentes às empresas.

s.m.j. é o entendimento,

EDINETE ALVES  
MEIRELLES:001226  
73760

Assinado de forma digital por  
EDINETE ALVES  
MEIRELLES:00122673760  
Dados: 2021.09.16 13:34:06  
+03'00'

Edinete Alves Meirelles  
Analista em Gestão Pública  
Contadora  
SEGES/GCL